

PESQUISAR A “PROPOSTA MULTIANOS" NO NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE LARANJEIRAS DO SUL/PR: QUAIS SERIAM AS CONTRADIÇÕES E AS POSSIBILIDADES REVELADAS POR ESCOLAS?

Adriani Terezinha Voltl Scherer[1]
Clésio Acilino Antônio [2]

Círculo de Saber: Políticas Educacionais e Educação do Campo

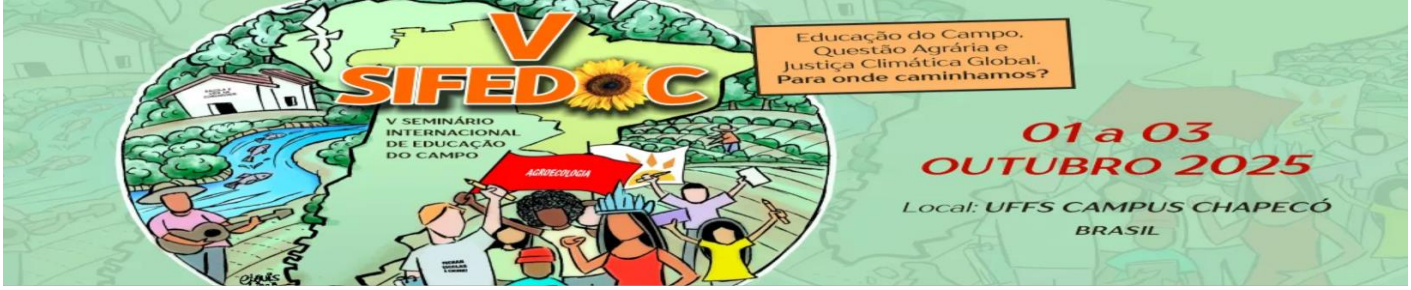
Resumo: Este trabalho apresenta reflexões iniciais de uma pesquisa em desenvolvimento no Mestrado em Educação da Unioeste, Campus Francisco Beltrão/PR, que analisa a implementação da Proposta Pedagógica Multianos em escolas estaduais do campo vinculadas ao Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul. A proposta, instituída pela SEED/PR a partir de 2019, é apresentada como alternativa à descontinuidade de escolas do campo com baixo número de matrículas, reorganizando turmas dos anos finais do Ensino Fundamental em fases multianos. A pesquisa adotou a abordagem qualitativa e estudo coletivo de casos (Stake, 1999), com entrevistas, observações e análise documental, para compreender como a proposta é apropriada, (re)significada e tensionada por gestoras(es) e educadoras(es). Estas reflexões iniciais se ancoram em referenciais teóricos de autores, como Arroyo (2012), Molina (2017), Freitas (2020), Gimeno Sacristán (2000), Pacheco (2005), Hage (2011), Janata; Anhaia (2015), dentre outros. Tais reflexões preliminares indicam para os desafios estruturais, curriculares e pedagógicos que interferem na efetivação da proposta, apontando para a necessidade de políticas públicas que valorizem os saberes e modos de vida camponeses. Assim, a Proposta Multianos deve ser compreendida como uma medida controversa que demanda análise crítica de seus impactos reais na garantia do direito à educação no campo.

Palavras-chave: Educação do Campo; Proposta Multianos; Política educacional paranaense.

Introdução

As configurações assumidas pela educação nos territórios do campo brasileiro refletem processos históricos marcados por desigualdades, disputas e resistências. A Educação do Campo, nesse contexto, não se define apenas como um modelo alternativo, mas como resultado das lutas de sujeitos coletivos que reivindicam o direito a uma escola comprometida com suas realidades, modos de vida e saberes

[1] Especialização em Educação do Campo. Pedagoga da Rede Municipal de Ensino de Espigão Alto do Iguaçu, da Rede Estadual de Ensino do Paraná e mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado em Educação da Unioeste, Campus Francisco Beltrão/PR. E-mail: adrianivoltl@yahoo.com.br
[2] Doutor em Educação. Docente do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado em Educação da Unioeste, Campus Francisco Beltrão/PR. E-mail: clesioaa@gmail.com.



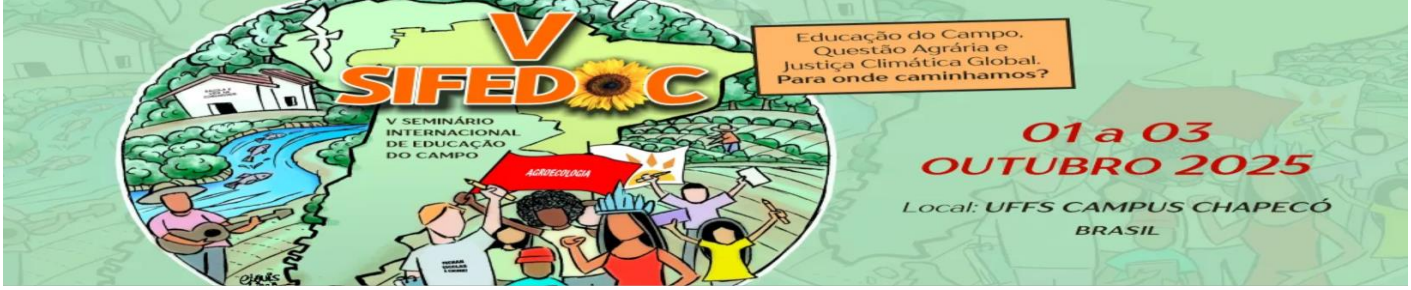
historicamente marginalizados pelas políticas educacionais de viés urbano e homogeneizador.

Diante das recorrentes ameaças de fechamento de escolas, da racionalização de recursos e da busca por formas de manter a oferta educacional em comunidades com baixo número de matrículas, emergem propostas oficiais que produzem tensionamento às finalidades e aos sentidos atribuídos à escola no campo. É nesse cenário que se insere a Proposta Multianos, instituída pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR) a partir de 2019, como orientação de organização escolar e curricular para as escolas estaduais do campo de pequeno porte.

Busca-se, neste resumo expandido, apresentar reflexões iniciais de uma pesquisa, em processo de realização Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação – Mestrado em Educação da Unioeste, Campus Francisco Beltrão/PR, acerca da implementação da Proposta Multianos nas escolas estaduais do campo vinculadas ao Núcleo Regional de Educação (NRE) de Laranjeiras do Sul, órgão regional de gestão educacional da SEED/PR. A problemática que orienta o estudo parte da seguinte questão: quais sentidos essa proposta tem assumido nas práticas pedagógicas e na gestão das escolas do campo, e de que forma ela se efetiva diante das contradições presentes na política educacional paranaense?

A justificativa principal da pesquisa se refere à necessidade de compreender como as políticas públicas direcionadas à Educação do Campo são operacionalizadas na prática escolar, consideradas as suas implicações nas condições do trabalho pedagógico, organização escolar e curricular e na garantia do direito à educação do campo. Nesse sentido, diante da centralidade que a escola assume nas comunidades camponesas, é fundamental analisar os impactos da Proposta Multianos, apresentada oficialmente como alternativa contraditória à lógica de fechamento e esvaziamento das instituições do campo.

Ao analisar os modos pelos quais a Proposta Multianos se inscreve nas práticas escolares, a pesquisa, aqui apresentada, busca ainda contribuir para o debate em torno das políticas educacionais voltadas às escolas do campo. Uma contribuição situada na direção de identificar seus alcances e limites de oferta de subsídios teórico-práticos, e que possam orientar futuros estudos e ações comprometidas com a



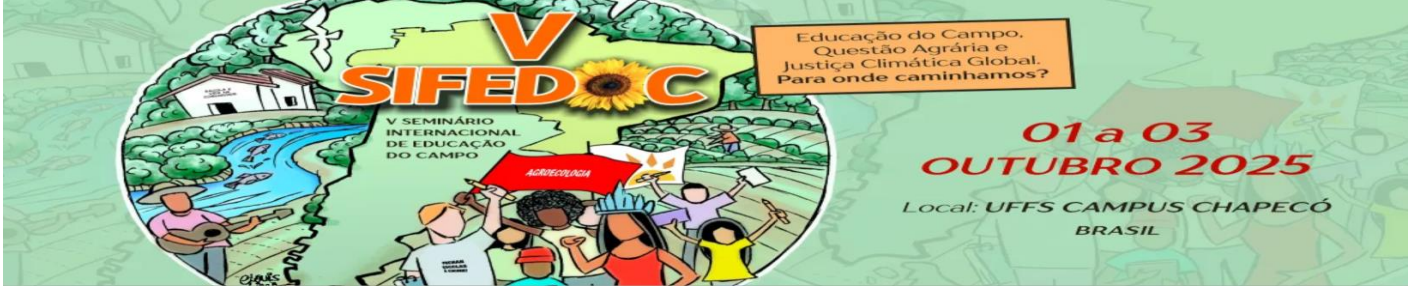
educação escolar do campo, com a permanência e a com valorização das comunidades do campo.

Metodologia

A problematização que orientada a pesquisa propõe a analisar nas escolas, a partir das vozes das(os) gestoras(es) e educadoras(es), como a Proposta Multianos, embora apresentada como medida de equidade e alternativa à descontinuidade escolar no campo, enfrentaria limites significativos em seu processo de implementação desde 2019, decorrentes de desafios estruturais, formativos, curriculares e pedagógicos. Tais desafios sugerem repercutir nas formas como a proposta é apropriada, interpretada e (re)significada pelas(os) gestoras(es) educadoras(es) em seus contextos escolares concretos de atuação.

Para desenvolver a problematização central da pesquisa, a abordagem metodológica adotada se caracteriza como qualitativa, com base em uma metodologia de estudo coletivo de casos (Stake, 1999), realizada em múltiplas escolas do campo pertencentes ao NRE de Laranjeiras do Sul. As técnicas de coleta de dados envolvem entrevistas semiestruturadas com gestoras(es) e educadoras(es), observações *in loco* com registros em diário de campo e análise documental de diretrizes institucionais, propostas pedagógicas e demais normativas correlatas. A análise documental dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas poderá evidenciar variações significativas na forma como a Proposta Multianos é interpretada e incorporada.

Os estudos de casos, conforme Yin (2001, p. 27), têm uma capacidade diferenciada de “lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações”, como também, para algumas situações, colaborada pela “observação participante”, pela qual “pode ocorrer manipulação informal” dos dados. A triangulação dessas fontes permite uma leitura crítica e aprofundada sobre como a proposta tem sido incorporada no cotidiano escolar, bem como os sentidos e contradições que atravessam sua implementação. Como mesmo considera Yin (2001, p. 121), “Com a triangulação, você também pode se dedicar ao problema em potencial da *validade do constructo*, uma vez que várias fontes de evidências fornecem essencialmente várias avaliações do mesmo fenômeno”.



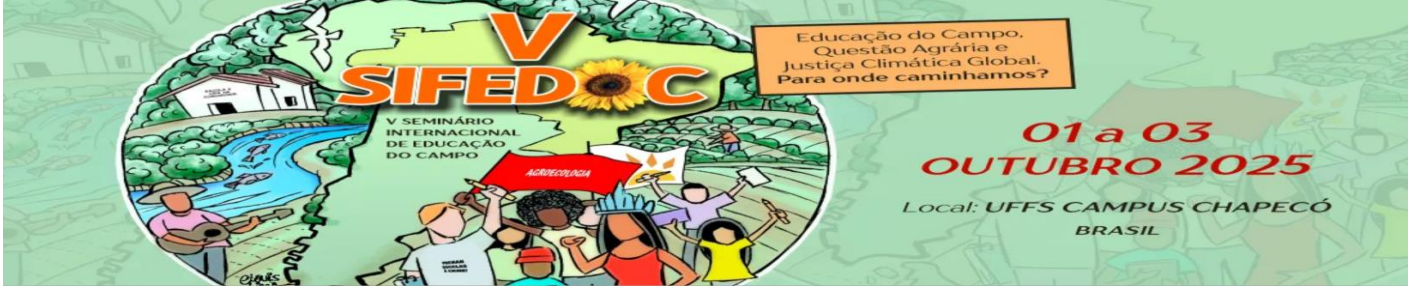
Proposta Multianos: uma breve apresentação de seus elementos organizativos e sentidos educacionais

A Proposta Multianos parte de uma organização escolar e curricular, identificado como reorganização de turmas, com divisão dos anos finais do Ensino Fundamental em duas fases (Fase I – 6º e 7º anos; Fase II – 8º e 9º anos), estruturando o currículo por eixos temáticos e praticado a partir de desafios pedagógicos que seriam desenvolvidos a partir das especificidades de cada território. De acordo com Minuta de Resolução, socializada pela SEED/PR no ano de 2019 (Paraná, 2019), essa estrutura e orientação tem como finalidade "garantir uma aprendizagem significativa e contextualizada, valorizando o protagonismo estudantil e a articulação entre os componentes curriculares" (SEED, 2019, s.p.). Segundo ainda a SEED, tratou-se de uma medida emergencial com o objetivo de evitar o fechamento de escolas públicas localizadas no campo, mantendo-as em funcionamento, mesmo diante do "baixo número de alunos".

> [...] evitar a cessação de escolas do campo de pequeno porte a partir da elaboração de uma estrutura curricular que possibilidade a essas escolas permanecerem em funcionamento, atendendo às especificidades das comunidades em que se inserem, como uma proposta diferenciada sem, entretanto, deixar de primar pela qualidade da educação ofertada. (Paraná, 2019, s.p.).

A proposta dessa nova organização escolar e curricular foi tramitada no Conselho Estadual de Educação do Paraná, mas justificada com desnecessária regulamentação por essa estância regulatória da educação estadual, já que, trata-se de uma reorganização de turmas e não de uma nova proposta pedagógica. Como se constata, no Parecer CEE/CEIF, N.° 96/21, de 29/01/2021, aprovado em 16/03 do mesmo ano pela Câmara de Educação Infantil e do Ensino Fundamental, a parte do Mérito acerca da Proposta Multianos é assim apresentada:

> Trata-se do expediente pelo qual a Diretoria de Educação, da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, solicita a autorização da Proposta de Organização de Turmas Multianos nas Escolas Estaduais do Campo de Pequeno Porte.
> Ressaltamos que foi relatado na Câmara da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e Câmara do Ensino Médio e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o Parecer CEE/Bicameral n.º



> 12/2021, de 24/02/2021, que tratou sobre as denúncias referentes ao fechamento de turmas, períodos diurno e noturno, nas Escolas do Campo e implantação da Organização de Turmas Multianos, também de relatoria da Conselheira Ozélia de Fátima Nesi Lavina. Cabe destacar que no referido Parecer, constava a metodologia implementada pela Secretaria Estadual de Educação, esclarecendo que não se trata de uma nova proposta pedagógica, mas sim a reorganização das turmas para a não cessação das escolas de campo.
> Cabe destacar que no referido Parecer, constava a metodologia implementada pela Secretaria Estadual de Educação, esclarecendo que não se trata de uma nova proposta [...]. (Paraná, 2021, s.p.).

O discurso oficial da SEED/PR indica a proposta como uma abordagem que valoriza o trabalho coletivo, a contextualização curricular e o protagonismo dos sujeitos. Assim, a proposta é apresentada com a pretensão de assegurar a permanência das escolas do campo, evitando sua descontinuidade e promovendo a qualidade da aprendizagem.

A inciativa da SEED em 2019 com a Proposta Multianos provocou ações de reflexões teórico-práticas para subsidiar criticamente o que representaria tal proposta para as escolas estaduais do campo no Paraná. Numa dessas ações, a proposta foi avaliada como uma política educacional de governo que estava relacionada ao processo de fechamento das escolas do campo. Foi a caso da proposta para a formação de professores, identificada como “Guia metodológico para as escolas estaduais do campo multianos no Paraná”, oriundo dos estudos do curso de Especialização em Fundamentos e Práticas em Educação do Campo – Escola da Terra – Paraná, que foi ofertado pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Laranjeiras do Sul, no ano de 2022.

Conforme o Guia, “O curso foi resultado do programa Escola da Terra, viabilizado por uma parceria entre o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Estado da Educação (SEED/PR), a UFFS e as prefeituras dos municípios de origem dos(as) cursistas” (Santos *et al*., 2023, p. 7). Esse material também aponta relações com a histórica organização escolar e curricular das classes multisseriadas no país:

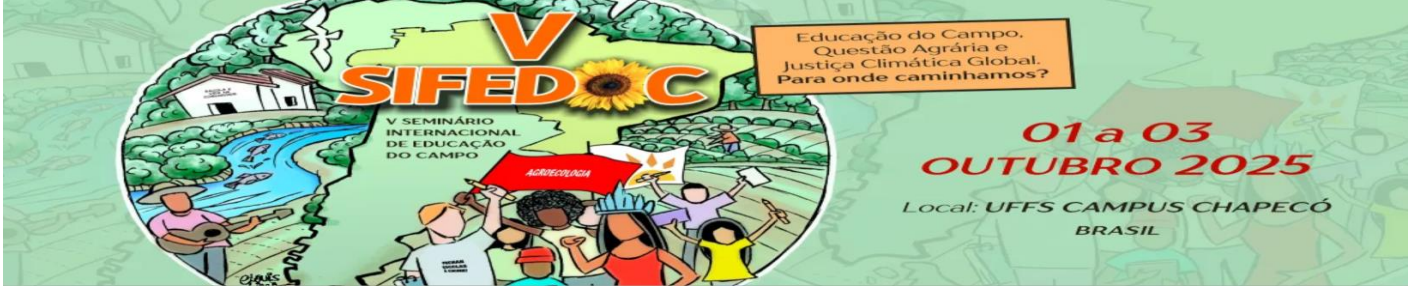
> Se multisseriação, no caso brasileiro, é resultado de uma necessidade e não uma opção pedagógica (PARENTE, 2014), as causas que regem o surgimento das escolas multianos não são diferentes. O reduzido número de estudantes em algumas comunidades do campo aliado aos interesses do Estado em diminuir o investimento em

> educação pública acaba gerando alternativas como a organização em multianos, onde um(a) mesmo(a) professor(a) de cada componente curricular acaba assumindo o trabalho de dois anos distintos em um mesmo tempo e espaço formativo, ou seja, em uma turma multianos. Compreender este contexto é fundamental para uma prática docente comprometida com a superação das desigualdades sociais atuais. (Santos *et al*., 2023, p. 32).

A organização da educação escolar em classes multisseriadas no campo não é novidade na história da educação brasileira, que tradicionalmente é associada desde o século XIX a processos de precarização e improvisação institucional (Hage, 2011; Janata; Anhaia, 2015). Mesmo que a Proposta Multianos se inscreva em um outro contexto de iniciativa administrativa da atual gestão governamental no Paraná, talvez essa forma encontrada de reorganização escolar e curricular, discursada como busca da garantia de permanência das escolas do campo, classificadas como de pequeno porte, possa estar sendo vinculada nos contextos escolares a práticas educativas semelhantes das classes multisseriadas, com isso, tornando-se uma importante questão de investigação para a pesquisa.

Em outra iniciativa de ação de reflexão teórico-prática para subsidiar criticamente o que representaria tal proposta para as escolas estaduais do campo no Paraná, Ritter (2020) desenvolveu algumas análises também no âmbito curricular, o que sugere que a autora esteja envolvida num processo de análise e construção de possibilidade de transgressão e transformação da proposta da SEED, a partir de alguns elementos contraditórios que tal proposta apresentava nesse âmbito. São elementos que relacionam aspectos de caráter formal do currículo escolar, como aqueles prescritivos do Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), que autora considera que a Proposta Multianos estaria esvaziada de conteúdos, quando analisa que a proposta indica o ensino escolar pelos desafios pedagógicos.

Ainda que Ritter não tenha estabelecido relações de análises sobre o processo de padronização das aprendizagens e a inserção das competências no currículo do estado do Paraná a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como aquelas produzidas por Bedin e Antônio (2023), importantes elementos da prática curricular também foram apontados como possibilidades, o que ela chama de um “currículo organizado de forma circular”. Nesse sentido, as dimensões formais e informais ou

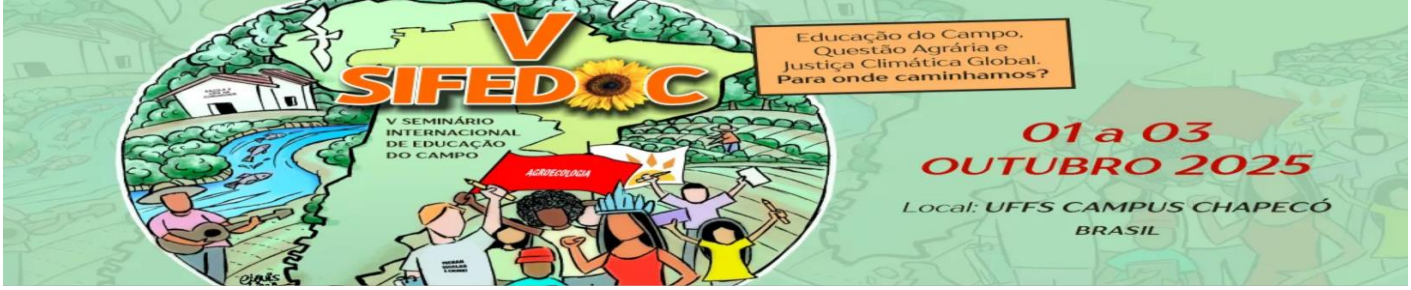


práticas do currículo escolar (Gimeno Sacristán, 2000; Pacheco, 2005) se apresentam como importantes elementos teórico-práticos de serem analisados na pesquisa.

No campo das pesquisas científicas em cursos de Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* no estado do Paraná, identificou-se a existência de duas pesquisas que têm relação com a temática "multiano(s)". Uma no Mestrado em Educação da Unioeste, Campus Francisco Beltrão/PR, concluída no ano de 2022, de autoria de Thais Regina Crescencio Maas, intitulada "Fechar, retroceder ou recriar: A Proposta Multianos do Estado do Paraná: experiências em escolas públicas do campo no Sudoeste do Paraná – 2019-2021". Essa produção tornou-se uma das referências importantes para consulta e estudo, já que traçou uma investigação com contornos semelhantes a que está sendo apresentada aqui neste texto. Desenvolvida num contexto regional diferente de Laranjeiras do Sul, enfocou também práticas escolares decorrentes da Proposta Multianos a partir das vozes de gestoras(es) e educadoras(es), o que representou significavas representações analisadas pela pesquisadora.

Outra pesquisa de Mestrado no Paraná, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e em Matemática da Universidade Federal do Paraná, de Adriana Chaves da Silva, investigou o ensino de matemática escolar em sala de aula multiano de escolas do campo no município de Cerro Azul. Curiosamente, no decorrer da dissertação não se constata o tratamento do conceito "multiano", mas caracteriza as escolas municipais dos anos inicias com organização escolas e curricular como escolas multisseriadas. Ou seja, o "multiano" define-se como um termo apresentado apenas no título da dissertação.

Encontram-se outros estudos para além do estado do Paraná, o que demonstra que o conceito "multiano(s)" tornou-se uma identificação de organização escolar e curricular para distintas experiências de políticas educacionais e de escolas do campo no país. Na pesquisa de mestrado, desenvolvida e defendida em 2016 por Geralda Maria de Bem, a autora pesquisou quatro escolas com turmas multianos, localizadas na zona rural do município de Pau dos Ferros/RN, com foco na prática pedagógica das professoras das classes multianos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, identificando os multianos como organização escolar e curricular em etapa escolar diferente do Paraná, onde está regulamentada para os anos finais.

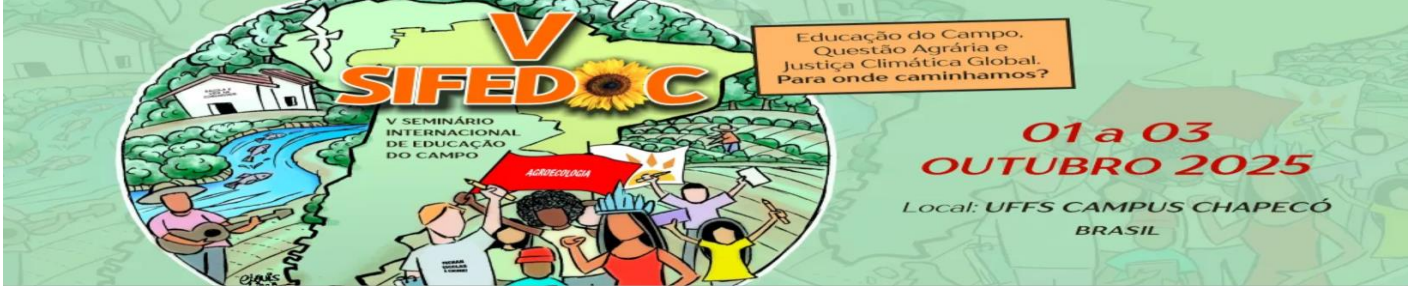


Outra pesquisa identificada no campo da Educação do Campo foi desenvolvida por Renato Sousa da Silva (2024), no âmbito do Mestrado em Ensino da Universidade do Vale do Taquari – Univates, intitulada “O processo de nucleação escolar no município de Juruti-PA e suas implicações na prática pedagógica docente”. A dissertação realizou um estudo de caso em uma escola do campo no estado do Pará, analisando os efeitos da política de nucleação escolar na prática pedagógica de professores atuantes em turmas multianos. A pesquisa destaca a importância da formação continuada e da valorização dos saberes locais para a construção de práticas educativas comprometidas com a realidade das comunidades do campo. Trata-se de uma contribuição significativa para os estudos sobre os impactos das políticas de reorganização escolar em territórios do campo, alinhada à defesa de uma educação contextualizada e socialmente justa.

Todas essas pesquisas, aqui tomadas como exemplos de relações temáticas acerca de propostas de multianos, estão envolvidas com o desafio da investigação sobre processos de construção da Educação do Campo no Brasil. Segundo Arroyo (2012), a Educação do Campo deve ser compreendida como um direito historicamente negado e como expressão de lutas sociais por reconhecimento e justiça educacional. Para o autor, não se trata apenas de garantir acesso à escola, mas de “reconhecer os sujeitos do campo como produtores de saberes e de cultura, e não como populações carentes a serem integradas” (Arroyo, 2012, p. 74).

A análise das orientações oficiais que incidem sobre a organização escolar e o currículo escolar para as escolas estaduais do campo de pequeno porte, vinculadas ao NRE de Laranjeiras do Sul, pode revelar um conjunto de desafios que colocam em tensão os subsídios pedagógicos e curriculares da Proposta Multianos do Paraná. Como destaca Molina (2017), políticas educacionais voltadas ao campo frequentemente oscilam entre o discurso da equidade e a lógica da gestão da escassez. Para a autora, “a permanência das escolas do campo não pode se dar à custa da diminuição da qualidade, da sobrecarga docente ou da precarização da formação” (Molina, 2017, p. 61).

Freitas (2020, p. 112) argumenta que “as políticas se realizam nas escolas não como cópias do texto oficial, mas como práticas vividas, recriadas e, por vezes, resistidas pelos sujeitos que as executam”. Sendo assim, as heterogêneas iniciativas de



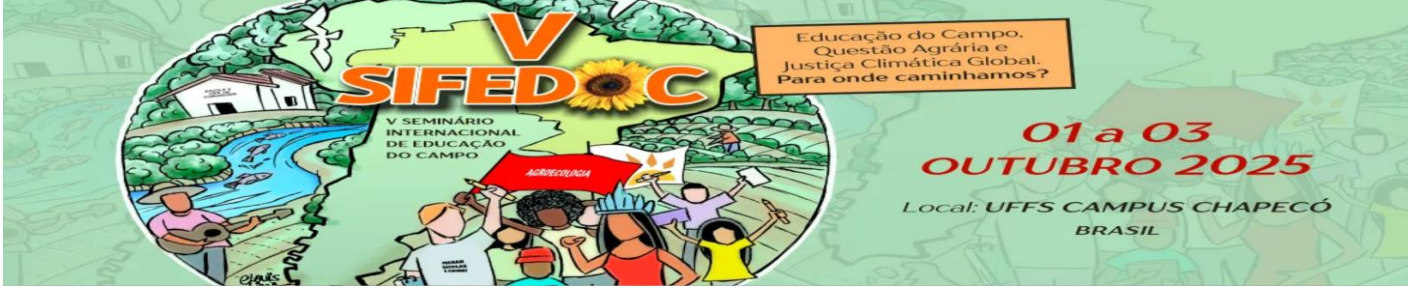
políticas educacionais para as escolas do campo, como a implementação da Proposta Multianos, apontam para a necessidade de analisar essas políticas não apenas como diretriz normativa, mas como processo permeado por mediações, contradições e interpretações.

Conclusão

A Proposta Multianos foi aqui situada como uma iniciativa da política educacional paranaense para a educação do campo em escolas de pequeno porte. As análises sobre sua implementação possivelmente identificarão os desafios estruturais e formativos que comprometem a efetivação dos objetivos propostos dessa proposta. Outrossim, a diversidade nas formas de apropriação da proposta pode revelar as tensões presentes nas políticas educacionais, permeadas por mediações locais e condicionantes territoriais das escolas do campo, demandando uma atenção cuidadosa às especificidades do contexto do campo e às condições concretas de desenvolvimento de seus projetos político-pedagógicos.

A Educação do Campo, enquanto campo de luta política e social, busca articular saberes acadêmicos e populares, reconhecendo as especificidades culturais, sociais e econômicas das comunidades do campo, e reivindicando uma escola que dialoga com os modos de vida camponeses, promovendo a valorização da diversidade e a justiça social (Brandão, 2006; Valadares, 2003). Assim, para a garantia do direito social à educação no campo, é imprescindível o fortalecimento das políticas públicas de educação, com valorização profissional, formação continuada dos professes, garantia de infraestrutura adequada e valorização concreta das singularidades das comunidades do campo.

Somente a partir do reconhecimento e da valorização dos saberes e modos de vida específicos das comunidades do campo será possível avançar em uma educação verdadeiramente emancipatória e inclusiva, capaz de responder aos desafios históricos relacionados ao reconhecimento cultural e à justiça educacional. Nesse sentido, a implementação da Proposta Multianos deve ser investigada como parte de um processo dinâmico e contraditório, que exige constante reflexão crítica e atuação articulada entre políticas, práticas pedagógicas e os sujeitos sociais envolvidos.



Referências bibliográficas

ARROYO, M. G. **Educação do Campo:** direitos, reconhecimento e justiça educacional. São Paulo: Cortez, 2012.

BEDIN, A. M.; ANTÔNIO, C. A. OS IMPACTOS DA BNCC NA POLÍTICA CURRICULAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Currículo sem Fronteiras**, v. 23, e1903, 2023.

BEM, G. M. de. **A prática docente na educação do campo:** um estudo em classes multianos de Pau dos Ferros – RN. 2016. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) – 2016, 157 p.

BRANDÃO, C. R. **Educação do Campo:** entre a escola e o mundo. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2006.

FREITAS, L. C. de. **Políticas educacionais e práticas escolares:** mediações e resistências. Curitiba: Ed. UFPR, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

HAGE, S. M. Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 97-113, abr. 2011.

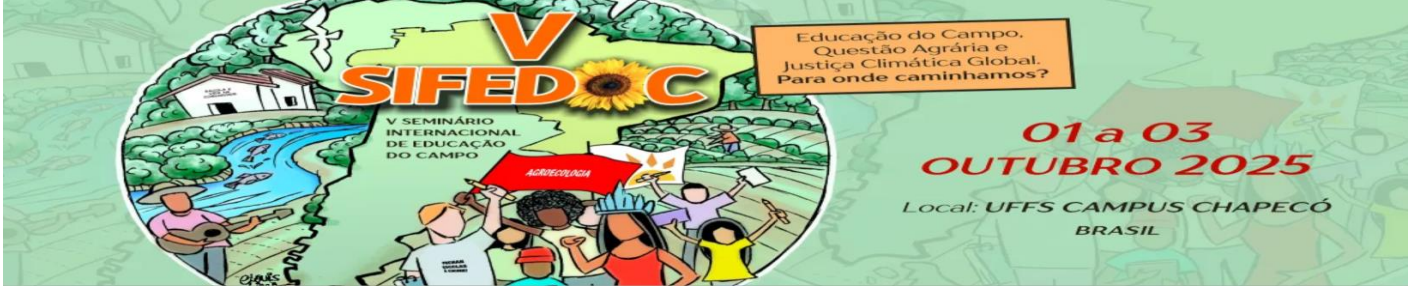
JANATA, N. E.; ANHAIA, E. M. de. Escolas/Classes Multisseriadas do Campo: reflexões para a formação docente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 685-704, jul./set. 2015.

MOLINA, M. C. **Educação do campo e gestão da escassez:** desafios e perspectivas**.** Londrina: Editora UEL, 2017.

PACHECO, J. A. **Escritos curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

PARANÁ. **PARECER CEE/CEIF N.° 96/21**.Conselho Estadual de Educação. Curitiba, 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED. **Diretrizes pedagógicas para a organização da Proposta Multianos no ensino fundamental no campo**. Curitiba: SEED/PR, 2019.



SANTOS *et al.*, C. E. dos. **Guia metodológico para as escolas estaduais do campo multianos no Paraná**. Santo Ângelo, RS: Metris, 2023.

SILVA, R. S. da. **O processo de nucleação escolar no município de Juruti-PA e suas implicações na prática pedagógica docente**: um estudo de caso na Escola do Campo Profa. Maria do Carmo Pereira Menezes. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino, Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, (2024), 115 p.

VALADARES, M. C. da S. **Educação do Campo:** conceitos, políticas e práticas. Brasília: Liber Livro Editora, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.